



Hitler e os Alemães

Eric Voegelin

Introdução e edição de Detlev Clemens e Brendan Purcell

Tradução de Elpidio Mário Dantas Fonseca

São Paulo: É Realizações, 2008. (367 páginas)

Existem livros que, apesar de referirem-se a uma determinada época e lugar, ainda assim servem como parâmetro para outros tempos e locais; obras que se baseiam no particular mas que atingem a universalidade, como *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (460-395 a.C.), *Confissões* de Santo Agostinho (354-430), *Os Irmãos Karamazov* de Fiódor Dostoiévski (1821-1881), *O Caminho da Servidão* de F. A. Hayek (1899-1945) e tantos outros. Pode parecer hiperbólico, talvez seja, mas *Hitler e os Alemães* de Eric Voegelin (1901-1985) merece estar nessa companhia por ter tal característica. Nesse, Voegelin trata de uma experiência pessoal, ele próprio vítima do nazismo, e, a partir dessa, ilumina a questão do que significa ser humano e o que isso implica. Por essa razão, *Hitler e os Alemães* não é uma obra para saciar a curiosidade sobre algo que aconteceu antigamente num país distante, mas para que se tenha conhecimento de algo a que diz respeito a todos nós, à humanidade que temos em comum. Se o Nazismo foi um fenômeno alemão, o que Voegelin busca apresentar é que não se trata de um fenômeno isolado e irrepetível, inclusive fora da Alemanha. Pode acontecer com qualquer um em qualquer lugar.

O livro *Hitler e os Alemães* é a transcrição de uma série de palestras proferidas por Voegelin na Universidade de Munique em 1964, que foram estruturadas a partir da pergunta de como teria sido possível alguém como Adolf Hitler (1889-1945) ter-se tornado líder da sociedade alemã. Citando Max Frisch

(1911-1991), ele alega que não se pode “chamar *Fado de imbecilidade simplesmente porque aconteceu*” (p. 136). Não foi por acaso, e a missão de Voegelin era tentar explicar o porquê. Para tanto, ele se contrapôs à postura dominante à época, de “dominação do passado”; uma postura condenada ao fracasso, posto que ilusória. Não há um passado-objeto o qual possa ser dominado. Seguindo uma visão agostiniana da História, Voegelin aponta que a relevância é o presente, no sentido de *presença*, não de alguém, mas de Deus. Todos os tempos são presentes, e a relevância do passado deve-se ao fato de esse estar igualmente presente no presente. Os alemães estavam tão preocupados com a ‘dominação’ do seu passado que se encontravam debilitados para identificar o quanto ele ainda os impregnava. As causas ainda estavam lá, intocadas, escondidas sob um véu de “pretérito”.

O ponto de vista de Voegelin era privilegiado, pois, ao mesmo tempo, é o de um local e de um estrangeiro. Ele nascera em 1901 na Alemanha e mudara-se ainda criança para a Áustria. Foi em Viena, portanto, onde Voegelin viveu seus anos de formação. Voegelin formou-se em Direito e fez seu doutorado em Ciência Política. Nesse período, ele já deixara em evidência sua disposição em ampliar seu escopo de conhecimento, sem preconceitos. Seu trabalho é resultado de influências diversas, muitas consideradas contraditórias entre si. Sua tese doutoral, por exemplo, foi desenvolvida sob a orientação de pensadores tão distantes quanto o jurista Hans Kelsen (1881-

1973) e o sociólogo Othmar Spann (1878-1950). No âmbito econômico, participou dos seminários privados de Ludwig von Mises, os quais acabaram servindo de base, além de para seu pensamento econômico, também para a criação do *Geistkreis*, seu eclético grupo de estudos nos anos de faculdade. Desse grupo, eram integrantes, entre outros, Alfred Schütz (1899-1959), Felix Kaufmann (1895-1949) e o já citado F. A. Hayek. Um grupo cujo laço de amizade Voegelin sempre reconheceu a força e a importância.

Logo depois da anexação da Áustria pela Alemanha nazista, Eric Voegelin teve que fugir do país e passou a viver nos Estados Unidos. Esteve ausente da Europa por duas décadas, voltando por um convite para desenvolver o departamento de Ciências Políticas da Universidade de Munique. Assim, ele combinou ambas as facetas para explicar o que passara e passava na Alemanha em relação ao nazismo. Para tanto, dividiu as apresentações em duas partes. Na primeira, mais longa, ele tratou do que chamara de “Descida ao Abismo” (p. 71-307); na segunda, ele falou sobre caminhos “Em Direção a uma Restauração da Ordem” (p. 309-54). Sua preocupação era fazer com que o vínculo com a experiência nazista se revelasse mais forte do que os alemães em geral supunham, que a solução para *desnazificar* a Alemanha não era tão simples quanto se gostaria, mas que estava ao alcance dos alemães se esses estivessem dispostos a buscá-la.

A primeira tarefa de Voegelin, pois, era demonstrar o quão o nazismo se encontrava entranhado na sociedade alemã. Ele começa com dois exemplos, um acadêmico de renome e um jovem. Duas gerações distintas apontando para o mesmo ponto. O professor Percy Ernst Schramm (1894-1970), um conceituado medievalista, escreveu o ensaio “Anatomie eines Diktators” [Anatomia de um Ditador] em que busca tratar apenas dos atributos físicos de Hitler. Porém, toda essa aura de positivismo se esvaiu nos adjetivos, como na descrição de “‘olhos azuis profundos’, sempre ligeiramente esgazeados, quase ‘radiantes’” (p. 156). A obra

gerou polêmica, e Voegelin aproveitou-se do debate para mostrar como as manifestações comprovavam que a situação na Alemanha não mudara magicamente com a derrota do regime nazista. Não faltou quem defendesse Schramm de seus críticos, inclusive o jovem que nunca vivera sob o regime nazista o qual Voegelin toma como exemplo. O principal argumento era de que Hitler, para ter chegado aonde chegou, não poderia ter sido um homem comum, e o seu governo, de todo o mal para ter tantos seguidores. Se fosse outra coisa, além disso, a consequência seria obrigatoriamente reconhecer que os próprios alemães seguidores de Hitler eram estúpidos. O argumento de Voegelin é exatamente nesse sentido, sustentado em Friedrich Schelling (1775-1854), Robert Musil (1880-1942) e Heimito von Doderer (1896-1966); o da estupidez como doença do espírito. Uma mera troca de governo é incapaz de curar tal patologia.

A segunda tarefa era responder como, então, os alemães teriam se tornados estúpidos. Não foi algo que ocorrera de repente, mas fruto de um processo do qual Voegelin cita três alicerces: acadêmico, eclesiástico e jurídico. Os três, os quais deveriam ser repositórios da verdade, da moral e da justiça, capitularam praticamente sem resistência quando os nazistas assumiram o poder; isto é, de certa forma já eram nazistas antes do nazismo. Isso significa que as condições para a ascensão de Hitler já estava dada. Não havia qualquer arcabouço de autoridade, mas um vácuo de poder, razão e espírito incapaz de conter a dominação ideológica.

Na Academia, o cientificismo, a preocupação com fatos enquanto fatos, observáveis, comprováveis, ignorando-se o resto como superstição ou julgamento de valor, eliminou qualquer possibilidade de se contrapor a doutrina nazista com a verdade. Nesse ponto, Voegelin demonstra afinidade com as críticas ao período formuladas pela Escola Austríaca, principalmente às vinculadas ao estatismo e ao planejamento central. A metodologia científica, ao contrário de aproximar-se da realidade, afasta-se dela. Na busca pela realização

de um *sistema* que a tudo encapasse, terminasse por esconder tudo aquilo que não cabe no sistema. Há uma ilusão de completude. A procura pela pura realidade, ironicamente, permitiu a dominação dessa pela mentira, pelo sonho/pesadelo de Hitler. O resultado, o decréscimo de qualidade na educação formal alemã foi avassalador. Nas igrejas, e Voegelin enfrenta a mesma questão entre luteranos e católicos, o fenômeno foi similar. A postura individualista do protestantismo, sem uma articulação teórica de Igreja, provou-se inadequada como defesa contra o fenômeno de corrupção moral que assolava a sociedade alemã. Na Igreja Católica, problema similar ocorreu, mas por razões diferentes. Havia a articulação necessária para combater o nazismo, inclusive antes de 1933, a Igreja Católica era abertamente adversária do partido hitlerista, mas tudo mudou após as eleições. A Igreja não só se rendeu, como passou a ser parceira do regime. A universalidade do espírito fora esquecida, e com ela toda a fonte de resistência moral da qual a instituição é guardiã. Uma instituição é sempre feita de pessoas, afinal. Por fim, Voegelin trata do abismo jurídico, algo que ele próprio, formado em Direito e com doutorado em Ciência Política sob a orientação de Hans Kelsen (1881-1973), presenciava vivamente. Para começar, ele critica o conceito de *Rechtsstaat*, sendo algo alemão que não diz respeito a nenhuma outra comunidade no planeta. Ademais, tratar-se-ia de palavra vazia, sem significado algum definido. Ela é relevante no contexto do Direito alemão porque o positivismo jurídico tem esse mesmo efeito sobre a legislação. Há uma redução do jurídico ao legal, e a noção de Justiça desaparece do Direito. Juízes, advogados, cidadãos respeitadores das leis ficam sem referência de um agir ético em conformidade com o direito. A legislação nazista foi colocada no mesmo patamar de, por exemplo, os Dez Mandamentos, e matar judeus por serem judeus passou a ser algo não só legal, como devido. Tudo dentro dos mais perfeitos parâmetros do *Rechtstaat*; sendo esses meramente formais, como Voegelin acusava ser não apenas os da República de

Weimar, mas os da própria República Federal da Alemanha. Os direitos fundamentais constavam todos, mas suas bases continuavam ausentes do horizonte dos alemães. Nesses casos, eles podem significar qualquer coisa.

A ascensão de Hitler, portanto, foi pavimentada por um fenômeno social em que os alemães foram se desumanizando ao ponto em que a chegada de alguém como Hitler tornou-se inevitável. É essa a principal preocupação de Voegelin. Nunca se está a salvo desse tipo de situação. Trata-se de uma batalha diária, de cada um, sendo igualmente responsável pelo todo da sociedade. Numa sociedade sã, formada por pessoas espiritualmente sãs, alguém como Hitler, ou algo como o Partido Nacional-Socialista, não consegue se desenvolver ao ponto de passar a representar toda a sociedade. Porém, esse impulso de deixar-se dominar pela libido, tornar-se escravo das paixões ao ponto de tomar a mentira como se verdade fosse, é algo inerente ao homem. Trata-se de um risco constante do qual a experiência alemã serve de exemplo. Todavia, não é apenas um exemplo negativo. O caminho de restauração da ordem sugerido por Voegelin a seus compatriotas não se tratava de uma importação de fórmula estrangeira. Pelo contrário, a solução para o indivíduo que busca ordenar sua alma é a mesma para a sociedade que busca restaurar sua ordem política: anamense ou recordação; uma volta a si mesmo. Sociedade é homem escrito em maiúscula, afinal.

Ao se reconciliar com Max Weber (1864-1920), sobre quem havia escrito palavras duras em *The New Science of Politics* [A Nova Ciência da Política] de 1952, Voegelin apresenta aos alemães, um alemão anterior ao período de declínio e, portanto, representante do conflito entre as forças de ordem e desordem do qual a desordem acabou vencedora, para exemplificar o caminho perdido. Uma vida com propósito é uma vida aberta ao transcendente, uma vida cujo fim último encontra-se fora de si. É não estar “*em casa em nenhum lugar*”, como se “*pudesse e fosse também recolher[-se] completamente de tudo*” (p. 354). Assim, Voegelin aproxima Weber de São

Paulo, o Apóstolo: “*Estais no mundo, mas não dele. Vivei no mundo como se não vivêsseis e não pertencêsseis a ele (1Cor 7, 29-31)*” (p. 354). A “dominação do passado” tentada pelos alemães no pós-Guerra, pois, tinha o mesmo defeito da “dominação do presente” tentada na Guerra. É o mesmo defeito de todas as tentativas de abolição do mal e instauração do Reino de Deus na Terra, cujo resultado é sempre um

mal pior do que aquele se tentava acabar. Sociedades que se preocupam em demasia com o concreto, fechando-se a Deus, cometem o mesmo pecado. Deve-se desconfiar delas sempre. Não por acaso, Voegelin encerra com uma batida citação da obra *Utopia* de Santo Thomas More (1478-1535): “*Onde quer que eu esteja em minha caminhada, acontece que estou sempre à mesma distância de Deus*” (p. 354). ∞

Paulo Roberto Tellechea Sanchotene

Doutorando em Ciência Política na Catholic University of America

Mestre em Direito e especialista em Direito, Economia e Democracia Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Especialista em Estudos Sociais, Econômicos e Políticos Avançados pelo Phoenix Institute da University of Notre Dame

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

sancho.brasil@gmail.com